

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 53.315 - MT (2017/0028669-2)**

**RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE : CLAUDINEI TEIXEIRA DINIZ**  
**ADVOGADO : IVO MARCELO SPINOLA DA ROSA E OUTRO(S) - MT013731**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**RECORRIDO : ESTADO DE MATO GROSSO**  
**PROCURADOR : NELSON PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S)**

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso em mandado de segurança interposto por CLAUDINEI TEIXEIRA DINIZ contra acórdão assim ementado:

*"MANDADO DE SEGURANÇA - INSURGÊNCIA CONTRA DECISÃO QUE DETERMINOU O SEQUESTRO INTEGRAL DE BENS PARA GARANTIA DO CUMPRIMENTO DE CONDENAÇÃO MANTIDA EM SEGUNDA INSTÂNCIA - PRETENSÃO DE VER CONFERIDO EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO DE APELAÇÃO - ANÁLISE PREJUDICADA ANTE O JULGAMENTO DO APELO E SEU DESPROVIMENTO - CONSTRIÇÃO FUNDAMENTADA NO DECRETO-LEI Nº 3.240/41 - ALEGADA REVOGAÇÃO DO DECRETO COM O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - INOCORRÊNCIA - LEI ESPECÍFICA VIGENTE QUE DISCIPLINA O SEQUESTRO DE BENS DE PESSOAS INDICIADAS OU CONDENADAS POR CRIMES QUE RESULTA PREJUÍZO PARA A FAZENDA PÚBLICA - DECISÃO ESCORREITA COM O PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DO ART. 3º DO DECRETO-LEI 3.240/41 - CONDENAÇÃO NÃO TRANSITADA EM JULGADO QUE NÃO OBSTA À EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA, EX VI DA SÚMULA 716 DO STF E DAS RESOLUÇÕES NºS 56/2008 E 113/2010 DO CNJ - MEDIDA QUE OBJETIVA GARANTIR A REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELA CONDUTA CRIMINOSA QUE DIFERE DA CAUTELAR FISCAL PREVISTA NA LEI 8.397/92 - ALEGADA ILEGITIMIDADE ATIVA DO MPE - INSUBSISTÊNCIA - LITERALIDADE DO ART. 2º QUE LEGÍTIMA O MP A PROMOVER A MEDIDA CAUTELAR DE SEQUESTRO PREVISTA NA LEI ESPECÍFICA - SEGURANÇA DENEGADA.*

*1. Julgado o mérito da apelação à qual se pretendia conferir efeito suspensivo, resta prejudicado a análise do pedido, mormente porque permaneceu inalterada a decisão proferida no 1º Grau de jurisdição.*

*2. A teor de orientação já firmada pelo STJ, não está revogado, pelo Código de Processo Penal, o Decreto-Lei nº 3.240/41, porquanto disciplina o sequestro de bens de pessoas*

*indiciadas/condenadas por crimes de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública.*

3. *Não se apresente abusiva a decisão que consubstanciada nas provas coligidas na instrução processual e que resultou na condenação do impetrante, demonstra a responsabilidade do impetrante pelo cometimento de crimes contra a ordem tributária por 2.882 (duas mil, oitocentos e oitenta e duas) vezes, cujo prejuízo causado, atualizado, alcança o montante de R\$ 67.579.305,23 (sessenta e sete milhões, quinhentos e setenta e nove mil, trezentos e cinco reais e vinte e três centavos), portanto não há nenhuma ilegalidade na constrição de seus bens quantos bastem para a satisfação do delito, com o intuito de garantir o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário, independentemente da comprovação de sua origem ilícita.*

4. *A ausência do trânsito em julgado da sentença penal condenatória não obsta o início da execução provisória da pena imposta ao condenado, consoante entendimento da Súmula 716 do STF e das Resoluções nºs 56/2008 e 113/2010, ambas do CNJ.*

5. *A medida que visa garantir a reparação dos danos causados pela conduta criminosa pode ser requerida, independentemente da existência de outra medida, como a cautelar fiscal, prevista na Lei nº 8.397/92, já que esta tem natureza civil e é aplicável para fins de execução fiscal, consequência da conduta do impetrante na esfera tributária, enquanto a medida assecuratória requerida pelo MPE tem o escopo de resguardar a eficácia do ressarcimento do dano causado por conduta típica.*

6. *O Ministério Público está legitimado a promover a medida cautelar de sequestro prevista no Decreto-Lei nº 3.240/41, ante a literalidade do seu art. 2º, que indica sua aceitação legal para requerer tal medida constritiva, vez que tal providência possui natureza eminentemente processual penal, portanto, desvinculada da ação da Procuradoria Fazendária do Estado.*

7. *Segurança denegada." (fls. 430/432)*

O recorrente defende a abusividade do bloqueio de todos os seus bens, ao argumento de que na execução fiscal já foram penhorados bens suficientes para o pagamento da Certidão de Dívida Ativa.

É o relatório.

Decido.

De início, registra-se que "o sequestro regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 3.240/41 é meio acautelatório específico para a constrição de bens de pessoas indiciadas ou já denunciadas por crimes de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública, que pode recair sobre todo o patrimônio dos Acusados e, inclusive,

*compreender bens em poder de terceiros, contanto que estes os tenham adquirido com dolo ou culpa grave"* (AgRg no RMS 60.570/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 01/07/2019).

A corroborar esse posicionamento:

**"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 619 DO CPP. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AFRONTA AOS ARTS. 3º, 315 E 381, III, DO CPP. INOCORRÊNCIA. CONSTRIÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 135, 136 E 137 DO CPP. INOCORRÊNCIA. MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS REAIS. VALORES RAZOAVELMENTE ARBITRADOS. BENS CONSTRITOS EM VALOR INFERIOR. NÃO VINCULAÇÃO DO JUIZ AOS LAUDOS. ART. 182 DO CPP. DECRETO-LEI 3.240/41. NÃO REVOGAÇÃO PELO CPP. SISTEMÁTICA PRÓPRIA. CRIME DE QUE RESULTA PREJUÍZO PARA A FAZENDA PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

*1. Não está o magistrado obrigado a responder à totalidade das dúvidas suscitadas pelo embargante, quando for possível inferir das conclusões da decisão embargada a inviabilidade do seu acolhimento*

*2. Para decretação de medidas cautelares reais, basta a configuração do fumus comissi delicti, consistente na existência de materialidade delitiva e de indícios de autoria, e do periculum in mora, relativo à probabilidade de que, durante o curso do processo, os bens se deterioresem ou se percam, impossibilitando, dessa forma, eventual ressarcimento dos danos advindos do ilícito penal.*

**3. O Superior Tribunal de Justiça assentou em diversas oportunidades a não revogação do Decreto-Lei 3.240/41 pelo Código de Processo Penal, ratificando que o sequestro de bens de pessoa indiciada ou já denunciada por crime de que resulta prejuízo para a Fazenda Pública tem sistemática própria, podendo recair sobre todo o patrimônio dos acusados e compreender, inclusive, os bens em poder de terceiros, contanto que estes os tenham adquirido com dolo ou culpa grave.**

*4. Agravo regimental a que se nega provimento."* (AgRg no REsp 1.166.754/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 17/10/2011)

De outra parte, por oportuno, confirmam-se excertos das informações prestadas pelo JUÍZO DA VARA ESPECIALIZADA EM EXECUTIVOS FISCAIS

DA COMARCA DE CUIABÁ - MT:

*"Em atendimento a despacho proferido nos Autos de Mandado de Segurança 53.315 - MT (2017/0028669-2), requisitando informações sobre o andamento processual dos autos de nº 12508-28.2007.811.0041, mormente acerca da liquidação da dívida fiscal correspondente e do destino dos bens de Claudinei Teixeira Diniz, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência para informar o seguinte:*

*A Ação de Execução Fiscal de nº 12508-28.2007.811 foi proposta pela Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso em 27/06/2007, em desfavor de MIRAMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CLAUDINEI TEIXEIRA DINIZ e VALQUIRIA MARQUES DE SOUZA DINIZ, com o escopo de executar a dívida constante da Certidão de Dívida Ativa de nº 001912/07-A, no valor de R\$ 22.216.831,94 (vinte e dois milhões, duzentos e dezesseis mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos), referente a Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, a qual foi distribuída à 5ª Vara de Fazenda Pública desta Comarca, sendo que em 09.02.2015, diante da instalação desta Vara Especializada de Execução Fiscal o feito foi redistribuído a este Juízo.*

*Às fls. 23, a empresa executada compareceu aos autos indicando bem imóvel urbano objeto das matrículas de nº 41.241, 41.242, 71.635 e 71.636, todas do Cartório do 6º Ofício de Cuiabá, avaliado em R\$ 8.776.500,00 (oito milhões, setecentos e setenta e seis mil e quinhentos reais) à penhora, o qual foi aceito pela parte credora, que, entretanto, discordou do valor, em face do que foi determinada a avaliação do imóvel.*

*Às fls. 86, a parte devedora postulou a substituição do bem ofertado por um imóvel rural na comarca de Nova Xavantina, objeto da matrícula 11.806, avaliado em R\$ 29.489.026,00 (vinte e nove milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil e vinte e seis reais).*

*Atendendo pedido da Exequente, o Juiz da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá-MT, onde tramitava este feito, foram determinadas várias tentativas de bloqueio de valores, via BacenJud, as quais resultaram em constrições parciais do valor do débito, sendo que todas as decisões de bloqueio de valores foram objetos de recursos de agravo de instrumento.*

*resultando no desbloqueio de todos os valores bloqueados.*

*Por decisão de fls. 758/759, datada de 04.05.2011, foi rejeitado o bem localizado na Comarca de Nova Xavantina, ofertado à penhora pelo devedor, oportunidade em que foi determinada a penhora do bem imóvel localizado nesta Comarca de Cuiabá. No mesmo ato foi determinado a expedição de ofício à Delegacia de Polícia Fazendária do Estado solicitando abertura de inquérito policial para apuração da fraude contra a administração pública no tocante ao imóvel na Comarca de Nova Xavantina.*

*Nova tentativa de penhora offline, sobre valores movimentados pelos Executados, foi intentada em 12/07/2013, pelo Magistrado da 5ª Vara Especializada da Fazenda Pública da Comarca de Cuiabá -MT, objetivando penhorar o montante de R\$ 14.222.959, 26 (catorze milhões, duzentos e vinte e dois mil reais e vinte e seis centavos). Do expediente, contudo, só restou o bloqueio de R\$ - 2.616,38 (dois mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e oito centavos).*

*Nestes autos da Execução Fiscal de nº 12508-28.2007.811.0041, o Senhor Oficial de Justiça lavrou Auto de Penhora datado de 24/01/2012, comunicando a penhora de 04 (quatro) lotes de terreno, localizados no Bairro Bosque da Saúde, no município de Cuiabá - MT (matriculados no 6º Serviço Notarial e de Registro de Imóveis da Comarca de Cuiabá-MT, sob o nº 71.635, 71.636, 41.241 e 41.242), e avaliados, pelo próprio meirinho, em R\$ 7.980.000, 00 (sete milhões, novecentos e oitenta mil reais). Como fiéis depositários dos imóveis constritos, foram nomeados os Senhores Claudinei Teixeira Diniz (CPF 708.495.798-72) e Valquiria Marques Souza Diniz (CPF 300.967.901-72).*

*Em pedido protocolado em 15/05/2017, a Fazenda Pública aduziu que o débito da presente Ação de Execução Fiscal perfaz, atualmente o valor de R\$ 73.032.129,33 (setenta e três milhões, trinta e dois mil cento e vinte e nove reais e trinta e três centavos), e que os Executados estão cometendo fraude à execução fiscal, ao tentar ocultar bens de sua propriedade, repassando-os a terceiros.*

*Requeru o reconhecimento da fraude para declarar a ineficácia dos negócios com terceiros e, cautelarmente, a penhora dos seguintes bens: [...]*

*Por fim, esclareço que a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso, em 17.03.2010, propôs perante a 5ª Vara de Fazenda Pública a Ação Cautelar Fiscal de nº 8783-26.2010.811.0041 (código 425354). pleiteando a declaração de indisponibilidade dos bens da empresa e de seus sócios. Nos autos cautelares, foi deferida medida liminar, e realizado bloqueio via Bacenjud sobre ativos financeiros dos requeridos, o qual alcançou o importe de R\$-28.994. 93 (vinte e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos, bem como determinada a anotação de gravames nos registros dos automóveis de placas JYE 2972, JYN 8906. JZC 2097, JZB 5996, JZF 1582, JZB 5014, JZD 0484, JZJ 9612, e dos imóveis matriculados sob o nº 0641241, 0641242 (ambos do livro 2º FN), 03-63, 229 (do livro 2-LC), 04-71.635, 04-71.636 (do livro 2 -NB) e 7729. O feito foi redistribuído a este Juízo em 09.02.2015. Este Juízo, em 28/08/2015, proferiu sentença que confirmou a medida liminar anteriormente deferida, suscitando a interposição de recurso de apelação. Os autos cautelares, no momento, estão no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, aguardando o julgamento do recurso de apelação." (fls. 648/660)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Como visto, conclui-se das informações prestada pelo juiz em que tramita a execução fiscal que o valor total do crédito tributário é de R\$ 73.032.129,33 (setenta e três milhões, trinta e dois mil cento e vinte e nove reais e trinta e três centavos), sendo que os bens penhorados não superam este valor.

Assim, não se cogita de abusividade no bloqueio dos bens, porquanto o seu valor não supera o do crédito fiscal, como alegado nas razões recursais.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator